

RALED

VOL. 20(2) 2020



ARTÍCULO

Penetras na Festa da Democracia: violências políticas de gênero no Brasil

*Party Crashers in the Democracy Celebration:
Gender-Based Political Violence in Brazil*

ROSANE QUEIROZ GALVÃO

Universidade de Brasília
Brasil

VIVIANE VIEIRA

Universidade de Brasília
Brasil

Recebido: 2 de agosto de 2020 | Aceito: 22 de outubro de 2020

DOI: 10.35956/v.20.n2.2020.p.92-111

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir aspectos discursivos das violências políticas de gênero vivenciadas por parlamentares brasileiras, considerando uma entrevista concedida por jovem Deputada empossada no ano de 2019. A análise de dinâmicas identificacionais do texto, com base em Resende e Ramalho (2019), van Dijk (2017), van Leeuwen (1997) e Castells (1999), permitiu compreender vieses sociais e discursivos nessa diferenciação e subordinação de gêneros sociais, ao investigar propriedades do discurso como o uso de expressões dêiticas, o tópico ou macroproposição da entrevista, as manobras de persuasão, os pressupostos e os acarretamentos lógicos ou inferências, as escolhas lexicais. Conclui-se que, para as mulheres, há relevante inter-relação entre o êxito nas eleições, o acúmulo de capital educacional e letramento político, além de acumulação e mobilização de recursos como capital econômico, visibilidade e inserção em posições de prestígio social (Vogel, 2019b).

PALAVRAS CHAVE: *Gênero. Política. Discurso. Mulher.*

ABSTRACT

This paper aims to discuss discursive aspects of gender-based political violence experienced by Brazilian Members of Congress, considering an interview given by a young congresswoman sworn in 2019. Analysis of identification dynamics of the text, based on Resende and Ramalho (2019), van Dijk (2017), van Leeuwen (1997) and Castells (1999), allowed us to understand social and discursive biases in this differentiation and subordination of social genres, considering discourse properties such as the use of deitic expressions, the topic or macroproposition of the interview, persuasion maneuvers, assumptions and logical consequences or inferences, lexical choices. It is concluded that, for women, there is an relevant interrelation between success in elections, the accumulation of educational capital and political literacy, as well as accumulation and mobilization of resources such as economic capital, visibility and insertion in positions of social prestige (Vogel, 2019b).

KEYWORDS: *Gender. Politic. Discourse. Woman.*

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir aspectos discursivos de la violencia política de género experimentada por los parlamentarios brasileños considerando una entrevista otorgada por una joven congresista jurada en 2019. El análisis de la dinámica de identificación del texto, basado en Resende y Ramalho (2019), van Dijk (2017), van Leeuwen (1997) y Castells (1999), nos permitió comprender los sesgos sociales y discursivos en esta diferenciación y subordinación de géneros sociales, teniendo en cuenta las propiedades del discurso, como el uso de expresiones dêiticas, el tema o macroproposición de la entrevista, las maniobras de persuasión, las suposiciones y las

consecuencias o inferencias lógicas , opciones léxicas. Se concluye que, para las mujeres, existe una interrelación relevante entre el éxito en las elecciones, la acumulación de capital educativo y la alfabetización política, así como la acumulación y movilización de recursos como el capital económico, la visibilidad y la inserción en posiciones de prestigio social (Vogel, 2019b).

PALABRAS CLAVE: *Género. Política. Discurso. Mujer.*

Introdução

Com Grosfoguel (2008: 6), acreditamos que “ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno’”. A crítica situação de sub-representação política das mulheres no Brasil, especialmente nas cadeiras do Congresso Nacional, retrata bem as implicações das desigualdades de gênero no País e de outras assimetrias sociais interconectadas.

O Brasil figura em penúltimo lugar no quesito presença de mulheres nos parlamentos nacionais, considerando-se os 33 países latino-americanos e caribenhos, não obstante ser o País um dos cem países do mundo a adotar a política de cotas eleitorais. O presente trabalho, fundado nos preceitos dos Estudos Discursivos Críticos (Resende e Ramalho 2019), objetiva discutir a persistência desse déficit democrático e de violências políticas de gênero vivenciadas pelas Parlamentares brasileiras.

Como objeto de explanação, selecionamos texto de entrevista concedida por jovem Deputada brasileira recém-empossada, em 2019. Com enfoque nas questões identitárias do texto, recorremos a categorias de análise textual de Fairclough (2001) e de Resende e Ramalho (2019); à teoria da representação dos atores sociais, de Theo van Leeuwen (1997); ao pensamento sociológico de Castells (1999) acerca das identidades sociais, além de elementos da abordagem sociocognitiva de Teun A. van Dijk (2017).

Na primeira seção, fazemos recorte sócio-histórico da situação das mulheres na esfera política brasileira, a fim de apresentar o macrocontexto da situação comunicativa, a estrutura social, que van Dijk (2017: 148) aponta como base social do contexto; nesse momento da análise, ativa-se a “memória semântica ou social”. Dados estatísticos, estudos técnicos, pesquisas acadêmicas nos auxiliam no estudo do cenário de sub-representação das mulheres no parlamento brasileiro e algumas circunstâncias políticas que envolvem a implementação da política afirmativa das cotas eleitorais no Brasil.

Na segunda seção, empreendemos a análise microcontextual, momento em que se ativa a “memória episódica da situação comunicativa” (van Dijk 2017: 148). Nesse momento de análise crítica do *corpus*, que então se apresenta, juntamente com os esteios teóricos que apoiam a análise discursiva, colocamos em relevo a função identitária do discurso, mantendo em vista o caráter dialético dos significados identificacionais, representacionais e inter(acionais) do discurso.

1. Análise macrocontextual (base social): o gênero “penetra” na política brasileira

As mulheres ainda são penetras na festa da democracia, na Casa do Povo, para a qual, pressupõe-se, todos deveriam ser convidados¹. No Brasil, a política em geral permanece como um dos cômodos

1 Inspiramo-nos em trecho de palestra do Ministro Luís Roberto Barroso (Supremo Tribunal Federal), ministrada em junho de 2015, na Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF), acerca do tema *Dignidade da Pessoa Humana*. Disse o Ministro, em comentário a frase de uma juíza negra, colega de gabinete: “[Como ela disse], ninguém está aqui de penetra: a vida é uma festa para a qual todos estão convidados, em igualdade de condições”. [Disponível na Internet em www.youtube.com/watch?v=W9eK9-1V5Sk]. [Consulta: 11 de junho de 2019].

exclusivos à casa do homem (Zanello 2018: 269), mais precisamente à do homem branco, heterossexual e rico. Dados da atual composição da Assembleia Legislativa de São Paulo (2019), Estado mais rico do Brasil, bem o ilustram: são 81% homens e 89% brancos (autodeclarados); 32% declarou patrimônio superior a R\$ 1 milhão de reais; dos 94 Deputados Estaduais eleitos, apenas cinco se autodeclararam pretos.

Nas Casas de Leis, a presença feminina é concessão. E a presença feminina negra e indígena, raríssima exceção. Na 55ª Legislatura (2015-2018), na Câmara dos Deputados do Brasil, havia quatro representantes negras no total de 513 parlamentares, uma representação numérica pífia, de 0,7%; no Senado, apenas uma mulher negra, Regina Sousa, do total de 81 parlamentares. Joenia Wapichana é a primeira mulher indígena a alcançar uma cadeira no Congresso Nacional (2019). *Ranking* da organização Internacional Parliamentary Union (IPU), de 1º fevereiro de 2019, posiciona o Brasil em 133º lugar, em termos de representatividade política feminina, do total de 192 países escrutinados.

O patamar mínimo de 30% de candidatas mulheres, para candidaturas à Câmara dos Deputados, à Câmara Legislativa, às Assembleias Legislativas e às Câmaras Municipais, está previsto no § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504/1997, chamada Lei das Eleições. Contudo, a Lei nº 9.100/1995 já previa 20% de vagas para a candidatura feminina em eleições municipais. Assim, transcorridos 25 anos de vigência de leis que preveem reserva de vagas para candidaturas femininas, e após seis pleitos eleitorais majoritários (de 1998 a 2018), os percentuais permanecem baixos. A Lei das Eleições foi modificada pela Lei nº 12.034/2009, que estabeleceu cotas percentuais máximas de 70% de participação de cada sexo e a criação de programas, pelos partidos, para promoção da participação política feminina com um mínimo de 5% do Fundo Partidário. A minirreforma eleitoral de 2015 significou graves retrocessos quanto a sanções e acesso a recursos (Campos 2019), parcialmente sanados pelo Supremo Tribunal Federal em 2018.

Em 2019, no âmbito do Poder Legislativo federal, já na 56ª Legislatura da República, as mulheres detêm apenas 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados e apenas 7% no Senado da República. Cinco Estados sequer enviaram representantes mulheres para a Câmara dos Deputados, e quatorze Estados não têm representação feminina no Senado. A probabilidade de êxito eleitoral do gênero, conforme o órgão Data Senado, vem diminuindo significativamente desde 2002².

Há algo que precisa ser compreendido nas práticas jurídicas, ou mesmo inação, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — cuja composição em 2019, é válido frisar, permanece majoritariamente masculina —, não obstante a ampla competência que lhe é dada pelo art. 23 do Código Eleitoral, a de “tomar quaisquer providências que julgar convenientes à execução da legislação eleitoral”.

O percentual de 93% de homens na composição da Câmara Alta brasileira em 2019 escancara o caráter misógino de exclusão representativa e se soma a outros números que permitem a caracterização do sistema político-partidário nacional como essencialmente viriarcal³ (Gazalé 2017, Vogel

2 Fonte: DataSenado. [Disponível na Internet em www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder]. [Consulta: 11 de novembro de 2019].

3 O conceito de sistema viriarcal consolida-se nos relevantes estudos da filósofa francesa Olivia Gazalé sobre o mito da superioridade viril.

2018). Neste sistema, em toda a história da República, sequer uma única mulher alçou ao cargo de Presidente do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

A cientista política Malu A. C. Gatto busca compreender por que parlamentos dominados por homens cederam à adoção de políticas de cotas. Ao resumir o argumento de seu livro (ainda no prelo)⁴, aduz: os políticos desejam permanecer no poder, e qualquer ação em direção contrária aos interesses dos que nele já se encontram (as legislaturas são dominadas por homens e elites), como a política de cotas de gênero — que, segundo a autora, “são explícitas sobre quem deve vencer ou perder com a sua adoção” —, sofrerá resistência, pois obviamente limita o espaço dos homens, quebra seu monopólio, coloca em risco suas carreiras políticas. Trata-se de “estratégia de sobrevivência política”, baseada num comportamento de homens, ainda conforme Gatto, eleitoralmente inseguros e ambiciosos.

2. Análise microcontextual: declarações de uma jovem Congressista da Câmara dos Deputados do Brasil

Para van Dijk (2017: 11), “não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele) mas a maneira como os participantes definem essa situação”, o que o autor denomina modelo de contexto dos participantes. Tal modelo seria a “definição pelos participantes dos aspectos relevantes da situação comunicativa” (Dijk 2017: 167) ou, ainda, a “definição subjetiva dos entornos sociais relevantes do texto e da fala”.

De acordo com essa compreensão do contexto — hipótese e perspectiva sociocognitiva —, são os participantes que constroem os contextos à medida que experienciam a situação comunicativa, ou seja, adaptam o discurso e suas interpretações (adequação) à situação comunicativa de acordo com o que compreendem ser relevante a cada momento. Numa entrevista não estruturada ou semiestruturada, por exemplo, à medida que a situação comunicativa se desenvolve, vão-se atualizando os modelos de contexto dos participantes. No entendimento de van Dijk (2017: 11), os contextos são construídos dos participantes, ou seja, “construídos (inter)subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades”.

Assim, essa noção de contexto relaciona-se à de modelos mentais, pois os modelos de contexto seriam “interfaces cruciais entre modelos mentais e discursos sobre os eventos a que fazem referência os usuários da língua” (Dijk, 2017: 90). Os modelos mentais são base da construção das representações semânticas dos discursos sobre os eventos. Os usuários da língua constroem a representação do sentido de um texto e, além disso, “modelos mentais dos eventos que são assunto desses textos, isto é, a situação que eles têm como denotação ou referência.” A definição de modelos mentais, em van Dijk (2017: 91), portanto, relaciona-se à noção de coerência semântica do discurso:

4 *Insecure Men: Political Ambition and Resistance to Gender Quotas*, que traduzimos livremente como *Homens Inseguros: ambição política e resistência às cotas de gênero*. Resenha feita pela autora. [Disponível na Internet em https://6dc4e6e4-f0ea-4e64-814f-8ce149f8f179.filesusr.com/ugd/51cf20_9dbb-79186d794e79979a880bcea8042c.pdf]. [Consulta: 28 de novembro de 2018].

Uma sequência de sentenças de um texto é coerente se os usuários da língua foram capazes de construir modelos mentais dos eventos ou fatos sobre os quais estão falando ou ouvindo, e se forem capazes de relacionar entre si os eventos ou fatos que estão nesses modelos, por exemplo por meio de relação de temporalidade ou causalidade.

Essa definição sociocognitiva de contexto implica a unicidade de cada texto, por um lado, mas também necessidade de ocorrência de base comum e representações compartilhadas pelos interagentes, de outro lado. A função do contexto, enfim, seria permitir e condicionar a produção e a compreensão dos textos e da fala. Propugna van Dijk (2017: 7) que a noção de contexto tem importância “crucial para explicar como o discurso se insere na sociedade” e, no outro sentido, como se dá a “influência social sobre as estruturas discursivas”.

Para a análise contextual é necessário, destarte, não apenas identificar e descrever, mas principalmente explicar os elementos tidos como relevantes para o entendimento do modelo de contexto dos participantes. Na seção seguinte, apresentamos o *corpus* selecionado como objeto desse empreendimento analítico.

2.1 Apresentação do corpus

As declarações que serão submetidas à análise discursiva crítica foram proferidas em entrevista por Deputada Federal do Estado de São Paulo, jovem recém-empossada em seu primeiro mandato eletivo, em 2019, parte de um grupo de cidadãs e cidadãos que nunca haviam se candidatado (18% dos eleitos) e que nunca haviam ocupado o cargo (243 deputados), numa Câmara dos Deputados que fora renovada em mais de 50% do seu quadro⁵. O texto foi extraído de entrevista concedida à BBC News Brasil, na Universidade de Harvard, e publicada em abril de 2019⁶. Foram selecionados dois questionamentos e duas respostas que guardam relação com o tema ora em estudo, a identificação das mulheres como “penetras” no parlamento nacional.

As respostas da Deputada narram algumas experiências por que passam as mulheres no ambiente legislativo, pela ousadia ou “atreuimento” de quererem se inserir numa esfera dominada por homens, a esfera política, arena em que se definem as hegemonias políticas. Eis o excerto da entrevista:

BBC News Brasil - A senhora é uma estreante no Congresso, como quase metade dos congressistas hoje em dia. Como é aquele ambiente? O que pode contar para quem nunca pisou no Salão Verde?

5 Apenas 48,9% dos Deputados foram reeleitos. Cf. reportagem *Folha de S.Paulo*, [Disponível na Internet em www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/com-reeleicao-abaxio-de-50-camara-tera-renovacao-recorde.shtml]. [Consulta: 7 de novembro de 2019].

6 Entrevista concedida a Ricardo Senra. [Disponível na Internet em www.bbc.com/portuguese/brasil-47820343]. [Consulta: 14 de junho de 2019].

[Deputada] - Trabalho com educação há quase 10 anos. Já trabalhei como pesquisadora, professora, em secretarias de educação. As figuras de educação da política nacional eu conhecia. Ou porque fiz pressão sobre elas, com abaixo-assinados, protestos, etc, ou porque elas estavam abertas para o diálogo com a juventude. Para mim, essa é a porta de entrada e eu quero realmente dedicar meu mandato a essa área.

Sobre o dia a dia no Congresso, é um aprendizado rápido e muito difícil. É um lugar que não está acostumado com pessoas como eu e diariamente sou questionada sobre como fui parar ali. Eu não sou filha de político, não sou herdeira e estou muito longe de ser um fenômeno da internet. As pessoas não entendem. Elas perguntam mesmo: ‘você é filha de alguém?’, ‘você é dona de alguma empresa?’, ‘você é casada ou solteira?’, ‘você não é deputada estadual?’. Eu sei a ordem em que as perguntas chegam.

É um ambiente que tenta te expulsar rapidamente. Mas sempre que vejo as pessoas da minha comunidade, principalmente a juventude e as mulheres que olham para mim e sentem que a educação é para a gente também, você enfrenta o preconceito, o assédio, as piadas, e continua trabalhando e aprendendo.

BBC News Brasil - Assédio, preconceito e machismo são problemas reais ali dentro?

[Deputada] - Com certeza. Já perdi a conta do número de vezes em que alguém insinuou que eu era burra ou não tinha nenhum conhecimento. Eu estudei astrofísica, fui bolsista pelas Olimpíadas de Matemática. Eu só andava com os meninos que gostavam de ciência e sempre tive muito contato com o machismo porque as pessoas não entendiam como uma menina gostava de ciências. E toda vez tentavam dizer que eu não era tão boa por ser uma menina.

Então, quando eu entro no Congresso e sou chamada de burra, delinquente, débil mental e outras coisas que já me chamaram em plenário... É um risco muito fácil você acreditar porque está todo mundo dizendo que você não é boa o suficiente.

Tem assédio, as pessoas chegam e perguntam se sou casada no meio de uma votação, vêm me tocar de uma maneira que não é adequada para uma parlamentar. É um ambiente muito arisco para as mulheres. As pessoas não te encaixam ali e querem te expulsar e convencer que você não deveria estar ali.

Trata-se de entrevista realizada fora do Brasil, na Universidade de Harvard, na cidade de Cambridge, nos Estados Unidos. A delimitação de lugar já permite delineamento contextual relevante: a Deputada está em seu ambiente acadêmico, longe do ambiente opressor do Congresso Nacional, o que lhe permite manifestação menos constrangida. Tendo sido concedida a entrevista em abril de 2019, ainda se poderia considerar uma fase de “adaptação” da Parlamentar ao novo ambiente laboral, a Câmara dos Deputados do Brasil. Foram, portanto, as primeiras impressões da jovem Deputada.

2.2 Análise Textual

A formatação pergunta/resposta da entrevista ilustra bem um pressuposto do contexto sociocognitivo, o de que os contextos são, com frequência, planejados. A entrevista constitui o “modelo de evento” (van Dijk 2017: 37): na experiência de interação, são conhecidas previamente as pro-

priedades prováveis das ocorrências, devido ao conhecimento compartilhado acerca desse gênero discursivo (entrevista), que construirá a coerência da interação.

Para Vogel (2019a: 10), dois aspectos precisam ser levados em consideração para o entendimento da sub-representação política das mulheres nos parlamentos e esferas representativas nacionais: “as históricas desigualdades entre homens e mulheres na inserção em posições sociais de prestígio e visibilidade” e “as representações dominantes sobre o lugar e o papel da mulher na sociedade”. A análise do texto selecionado buscará descortinar como representações do “papel da mulher na sociedade” constroem e mantêm aquelas desigualdades históricas, inclusive na política. Vejamos este primeiro excerto:

BBC News Brasil - A senhora é uma estreante no Congresso, como quase metade dos congressistas hoje em dia. Como é aquele ambiente? O que pode contar para quem nunca pisou no Salão Verde?

[Deputada] - Trabalho com educação há quase 10 anos. Já trabalhei como pesquisadora, professora, em secretarias de educação. As figuras de educação da política nacional eu conhecia. Ou porque fiz pressão sobre elas, com abaixo-assinados, protestos, etc, ou porque elas estavam abertas para o diálogo com a juventude. Para mim, essa é a porta de entrada e eu quero realmente dedicar meu mandato a essa área.

Neste ponto, já se vê o denodo da jovem Deputada pela legitimação de sua posição como Congressista, ao confrontar a asserção inicialmente feita pelo entrevistador, que emprega pronome de tratamento distintivo de autoridade e pessoa experiente, o dêitico “senhora” (expressão de polidez), ao mesmo tempo em que emprega predicativo que remete à posição de novata, “estreante”.

A Deputada traz à tona, no início da fala, a relevância de algumas identidades (“pesquisadora”, “professora”, servidora pública, conhecedora de personalidades políticas, jovem líder de movimentos sociais). Para van Dijk (2017: 176), “existe uma série de estratégias muito difundidas que automatizam parte das representações, como é o caso das identidades pessoais ou sociais, mais ou menos permanentes, dos falantes”, as quais não precisam ser reconstruídas a cada passo da interação, a não ser que sejam tornadas relevantes na situação comunicativa. É este último o caso em apreço.

O contraponto à mencionada condição de estreante é frontal: “Trabalho com educação há quase 10 anos [...]”. Antes de responder ao questionamento feito — “Como é aquele ambiente?” —, a jovem Parlamentar passa a narrar com altivez sua trajetória de vida, e o faz em primeira pessoa (eu), assumindo a agência das práticas narradas, o protagonismo das ações, o conhecimento da área. Emprega modalidade epistêmica (troca de conhecimento), com emprego de verbos não locucionais, em primeira pessoa, no indicativo (*trabalho; já trabalhei; eu conhecia.; fiz; eu sei*), ao ratificar a longa experiência na área da educação, durante os quais exerceu funções relevantes e de liderança (*pesquisadora, professora*) e trabalhou em locais de prestígio (*secretarias de educação*), onde se executam políticas públicas. Em “para mim”, o pronome pessoal modaliza e revela, juntamente com o emprego recorrente de primeira pessoa (*eu*), o elevado grau de subjetividade das respostas da entrevistada. Expressa, além disso, desejo de realização pessoal.

Além de dirigir à Deputada o atributo de “estreado”, o entrevistador oblitera a individualidade da Parlamentar, posicionando-a como uma entre um grupo formado pela “quase metade dos congressistas hoje em dia”. Por meio da análise das escolhas lexicais, nota-se, na dicotomia “experiente” *versus* “estreado”, discrepância entre os modelos de contexto da entrevistada e do entrevistador (van Dijk 2017: 174). A menção feita pela Deputada ao fato de anteriormente conhecer personalidades de relevância nacional, “figuras de educação da política nacional”, posiciona a entrevistada em relação de igualdade com pessoas de vulto. Contudo, logo a seguir, mas ainda assumindo identidade legitimadora, a Deputada coloca-se acima de tais “figuras”, tendo em vista que “sobre” tais pessoas exerceu individualmente seu poder: ([eu] “fiz pressão sobre elas”). Ainda que tal pressão tenha sido concretizada por meio de abaixo-assinados e protestos, práticas coletivas, a Deputada assume a liderança das ações. Busca demonstrar *expertise* e traquejo político.

Há a inclusão, no texto, de dois grupos opostos que receberam da Deputada, por presunção valorativa (Resende e Ramalho 2019: 80), avaliação negativa e positiva, respectivamente: as pessoas sobre as quais é preciso exercer pressão e diante das quais é preciso protestar, pois não estão abertas ao diálogo; e as pessoas que estão abertas para o diálogo, entre as quais ela se inclui: “As figuras de educação da política nacional eu conhecia. Ou porque fiz pressão sobre elas, com abaixo-assinados, protestos, etc., ou porque elas estavam abertas para o diálogo com a juventude”. No excerto, duas pressuposições e um acarretamento lógico: a de que houve um diálogo da juventude com pessoas que estavam abertas àquele diálogo e a de que a Deputada faz parte dessa juventude com quem se dialogou; o de que ela é favorável ao diálogo.

Ao dizer que a educação “é a porta de entrada”, recorre a metáfora orientacional e conceitual, ao mesmo tempo ambígua e ampla, de experiências que são físicas e culturais (Lakoff e Johnson 2002). Foi a educação que lhe permitiu acessos e conquistas, inclusive possibilitou a entrada no Congresso Nacional. De outra forma, pode significar a oportunidade para outros. Por isso, a Deputada complementa: “eu quero realmente dedicar meu mandato a essa área”. A inferência ou implicação lógica se constrói: dedicar seu mandato à área educacional permitirá que outros, assim como ela, adentrem ambientes que lhes têm mostrado as portas fechadas. Cita a juventude de forma sobredeterminada (van Leeuwen 1997), simbolizada e glorificada, identificando-se com essa juventude.

Somente após introito de afirmação identitária é que a Deputada passa a responder ao questionamento feito (“Como é aquele ambiente?”), em que a identidade social ganha relevo, e se torna pesada e dramática a narrativa, assim que entra em cena o sujeito/predicativo “mulher” no Congresso Nacional.

No excerto, as linhas explicitam o constrangimento da Deputada, que tem passado por rotina de “aprendizado rápido e muito difícil”. A Parlamentar expressa, de forma nítida, a sensação de desconforto pelo tratamento que lhe é dado, o de invasora ou penetra de lugar (personificado) que não a reconhece e aceita como *habitué*: o Congresso é “lugar que não está acostumado” com pessoas como ela. A metonímia gera, ao menos, dois efeitos semânticos: une os indivíduos congressistas num único ente, o Congresso, e personifica o lugar (“não está acostumado”). Ao fazê-lo, oblitera dos enunciados os indivíduos que ali circulam e expressam estranheza e repulsa em relação à presença dela. A agentividade individual da opressão permanece ofuscada e dispersa no coletivo unificado e personificado.

Pronunciamento de outra jovem Deputada, em plenário, roboras as dificuldades narradas pela entrevistada⁷: “*Nós não vivemos tempos fáceis no nosso País e para nós, mulheres, jovens, feministas e militantes, ocupar este espaço é um grande desafio*”.

A passivação em “sou questionada [por quem?] sobre como fui parar ali” apaga, novamente, o agente do dito questionamento, além de ressaltar a estupefação dos pares em relação à presença da Deputada, entendida como acidental, improvável. No dizer da Parlamentar, são de fato dirigidas a ela perguntas diretas e impertinentes. A ratificação da veracidade da proposição se expressa por meio do emprego do modalizador intensificador “mesmo” (realmente, de fato) — “Eles perguntam mesmo”. E as perguntas feitas à Parlamentar remetem às identidades tradicionalmente presentes naquele ambiente político, aquelas mais prováveis, que talvez justificariam a acidental presença de mulher jovem entre os Congressistas: ser filha de político (portadora de herança política ou capital familiar), ser herdeira (portadora de capital familiar e/ou financeiro), ser dona de empresa (portadora de capital financeiro).

Por meio de auxese, figura retórica que expressa exagero, amplificação, na constatação “eu sei a ordem em que as perguntas chegam”, constrói-se a modalização: perguntam muito, e sempre sobre os mesmos temas. Há excesso de interpelações, abordagens e inquirições diárias. A presença da Deputada gera indagações, interrogações, dúvidas, questionamentos.

Sobre a narrativa feita pela Deputada, a pergunta que lhe é dirigida sobre ser deputada estadual relaciona-se ao fato de que, na Câmara Federal, o mandato geralmente é (ou tem sido, tradicionalmente) consecutivo de outros, em nível municipal e estadual. Não é comum pessoas muito jovens chegarem ao Congresso Nacional, muito menos em primeiro mandato eletivo. Espera-se que a pessoa tenha capital político acumulado, que lhe possibilite visibilidade em âmbito federal.

Ambígua, a pergunta em relação ao estado civil, se solteira ou casada, é interpelação que não se cogita fazer a parlamentares homens. Se são casados ou solteiros, trata-se de informação irrelevante; se são heterossexuais, trata-se de informação dada *a priori*, pois não se questiona a masculinidade; se há homossexuais, pouco se sabe — não se registra nas biografias oficiais tal informação. Vale acrescentar que, embora não dito, o questionamento sobre o estado civil da Deputada se refere a possível companheiro homem — leitura plausível do contexto pragmático, inferido —, pois a heterossexualidade é presunção, ou seja, variável não marcada de identidade, num sistema social e culturalmente patriarcal (o pai como chefe da família) e heteronormativo. A razão da pergunta permanece aberta: ter companheiro homem significaria para a Deputada autorização, legitimação, proteção, tutela?

Na entrevista, a Deputada reafirma o constrangimento por que passa no cotidiano do ambiente congressual, que a trata como intrusa: aquele “é um ambiente que tenta te expulsar sempre”. Novamente se personifica o ambiente, unificado na opressão, e se apagam atores sociais individuais que praticariam a tentativa de expulsão. Vale ressaltar, na narrativa, a forma corriqueira com que os constrangimentos são praticados, o que se expressa por meio da recorrência de expressões dêiticas modalizadoras relacionadas à frequência: *dia a dia, diariamente, sempre*.

7 [Disponível na Internet em www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas/discursos-em-destaque/pec-6-2019/DiscursosemPlenriocampoIndexaoReformaPrevidenciariaandPEC6_20192019.pdf]. [Consulta: 2 de dezembro de 2019].

Vozes de outras Parlamentares somam-se às da Deputada no relato desses constrangimentos, com dimensões ainda mais profundas da violência política de gênero. Em pronunciamento pelo Dia da Consciência Negra, da tribuna da Câmara Federal, Deputada negra do Rio de Janeiro, nesta 56ª Legislatura (2019-2022), com um currículo de vários mandatos anteriores como Vereadora, relata situações críticas de mal-estar e embaraço sofridos na Câmara Federal: “Eu mesma, aqui nesta Casa, já fui barrada sete vezes para entrar neste plenário”⁸.

2.2.1. *O que oprime e o que acolhe*

A narrativa dramática foi construída pela Deputada entrevistada por meio do apagamento (exclusão) dos atores que oprimem, personificados no “Congresso”, naquele “lugar”, naquele “ambiente” opressor, que quer afastá-la, excluí-la, eliminá-la. O dêitico “ali” posiciona a oradora distante ou fora do local que deveria recepcioná-la como parlamentar.

O refrigério chega na representação de atores que são incluídos de forma determinada e categorizada, grupos sociais oprimidos com os quais a Deputada se identifica e nos quais busca identificação: “pessoas da minha comunidade, principalmente a juventude” e “as mulheres”. O pronome possessivo a aproxima do local/ator em que se sente acolhida: “minha comunidade”. A metonímia que funde o dêitico do lugar à identidade dos atores é constante, com a junção das funções representacional/identificacional bastante marcada (Resende, 2017). O Congresso (ou os congressistas) é “lugar/ator” que quer expulsá-la. A comunidade/pessoas é lugar/ator de acolhida.

Note-se que a seleção lexical “comunidade” tem o condão de ratificar a origem humilde da entrevistada, contrapondo-se a possível alegação de privilégio econômico como facilitador do êxito eleitoral: a Deputada não vem de família rica.

A cumplicidade entre as mulheres constrói-se discursivamente, numa ruptura modal (do convencimento racional e lógico para a persuasão emotiva). Expressa-se na escolha lexical, no “olhar” e no “sentir”; e na estratégia retórica de persuasão, de compartilhamento de valores, sentimentos, interesses. Atiça ou busca aticar no interlocutor o sentimento de compaixão (Bonfim 2004), a sensação de compartilhamento de objetivos⁹: “a educação é para a gente também”. Vê-se a relação de intimidade ou proximidade que o sintagma nominal “a gente”, informal, propicia a essas atoradas sociais trazidas à narrativa, incluídas, as mulheres. Com o advérbio modalizador “também”, o acarretamento lógico novamente se apresenta: a educação (e a política) não é somente para os homens (e ricos), mas para as mulheres (e pobres) também.

8 Fonte: Anais da Câmara dos Deputados. [Disponível na Internet em: www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=376.2019&nuQuarto=218527&nuOrador=1&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=19:04&sgFaseSessao=BC&Data=20/11/2019&txApelido=ROSANGELA%20GOMES,%20REPUBLICANOS-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=19:04&txEtapa=]. [Consulta: 24 de novembro de 2019].

9 Permanece na doxa a compreensão de que há relação intrínseca entre sororidade e emotividade, contrapostas a uma racionalidade masculina (Gazalé 2017, Federici 2017).

O pronome pessoal “você” expressa familiaridade e informalidade, como estratégia discursiva de agregação e unificação de todas as “mulheres” (van Leeuwen 1997, Thompson 2011). Estas, tais como a entrevistada, enfrentam cotidianamente “o preconceito, o assédio, as piadas”, mas, ainda assim, continuam trabalhando e aprendendo. Irmanam-se e unificam-se as mulheres no sofrimento da opressão e na persistência da ação. Infe-re-se, por parte das mulheres, certo silenciamento e resignação, um “honroso silêncio” (Gazalé 2017: 59). O “você” inclui, assimila, agrega (van Leeuwen 1997), num grupo coevo, todas as mulheres.

Marina Santos disserta sobre constrangimentos decorrentes do número reduzido de mulheres nas esferas públicas. É preciso concordar com Santos (2019: 232) nisto: o isolamento de mulheres em espaços tradicionalmente ocupados por homens pode “interferir na qualidade de sua atuação, restringindo a sua potência e a aplicação das próprias habilidades” e “gerar o silenciamento quanto a questões relevantes envolvendo igualdade e liberdade, impedindo que problemas sejam alçados à esfera pública, bem como soluções distintas ou inovadoras sejam consideradas”. Vogel (2019b: 46), nessa esteira, aponta para um ciclo de desigualdade social e política, relacionando-o ao “vínculo entre feminização da pobreza e sub-representação nas esferas decisórias”.

O entrevistador insiste no tópico “assédio, preconceito e machismo”, sem que, também na pergunta, a agência da opressão seja determinada. Trata-se de inclusão por impersonalização e objetivação, ou seja, tais elementos são objetificados como “problemas reais ali dentro”.

BBC News Brasil - Assédio, preconceito e machismo são problemas reais ali dentro?

[Deputada] - Com certeza. Já perdi a conta do número de vezes em que alguém insinuou que eu era burra ou não tinha nenhum conhecimento. Eu estudei astrofísica, fui bolsista pelas Olimpíadas de Matemática. Eu só andava com os meninos que gostavam de ciência e sempre tive muito contato com o machismo porque as pessoas não entendiam como uma menina gostava de ciências. E toda vez tentavam dizer que eu não era tão boa por ser uma menina.

Então, quando eu entro no Congresso e sou chamada de burra, delinquente, débil mental e outras coisas que já me chamaram em plenário... É um risco muito fácil você acreditar porque está todo mundo dizendo que você não é boa o suficiente.

A resposta é afirmativa e enfática: “Com certeza”. As opressões viriam em forma de insinuações de que a entrevistada é “burra” ou “não tinha nenhum conhecimento”. Expõe-se, neste trecho, recorrência histórica: atribui-se às mulheres falta de capacidade cognitiva¹⁰ e, além disso, inferioridade em relação a determinadas habilidades alegadamente inerentes ao gênero masculino. Especificamente na arena política, o exercício de cargo público associa-se a “qualificações tidas como masculinas: energia, agressividade, eloquência, mobilidade, disponibilidade de tempo, etc.” (Suplicy 1996: 8).

10 Constrói-se historicamente e socialmente, e valida-se legalmente, o ombreamento de mulheres e crianças, que, por serem consideradas incapazes, precisam da tutela do homem, o “chefe de família”.

2.2.2. Generificação negativa e excludente

Em recente artigo, intitulado *Mulheres Públicas: Poder, Representações Semióticas e Gênero*, Carmem Rosa Caldas-Coulthard (2019: 30) discute como as mulheres em posição de poder são representadas, descritas e categorizadas em narrativas da mídia brasileira, com base no pressuposto de que “noções de poder em sociedade são inseparáveis das questões de gênero e sexualidade”. Para a linguista e semiótica, os recursos semióticos (sendo a linguagem o mais relevante¹¹) usados nos discursos públicos a respeito dessas mulheres tendem a ser generificados, negativos e excludentes, repletos de “atributos do gênero social”, de acordo com discursos místicos que remetem a “maternidade, domesticidade, beleza e juventude”, e não às funções públicas que tais mulheres exercem, no campo profissional. Seleções semióticas generificadas diferenciam “as mulheres em posições de poder de homens na mesma situação”, ratifica Caldas-Coulthard (2019: 31).

Não raro, em situações em que ocorrem tais generificações semióticas, no parlamento brasileiro, recorre-se à estratégia semiótico-discursiva de ironia (Resende e Ramalho 2019), modalização que permite ao orador alcançar o objetivo — entre outros — de aviltar, deslustrar, achincalhar interlocutoras (mulheres em posição de poder) e, ao mesmo tempo, livrar-se de possível sanção ou comprometimento perante o Código de Ética Parlamentar. Em audiência pública tumultuada, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa, em junho de 2019, um parlamentar se dirige de maneira jocosa a deputada que o contestara e, em seguida, a outros interlocutores, entre os quais havia outras mulheres. À deputada disse, de forma desdenhosa (infantilizando-a, tutelando-a): “*Fique quietinha aí, fique quietinha aí!*”. E mais adiante, aos demais, dirigiu-se jocosamente: “*Vocês estão ouriçados! Parem de ovulação!*”¹². Durante o rebuliço gerado, o presidente da reunião advertiu: “*Peço aos Deputados que fiquem atentos ao decoro parlamentar aqui nesta Comissão, especialmente nesta Comissão, por favor!*”.

O que se vê, na entrevista sob análise, é reação à generificação negativa, por meio da assunção de identidade legitimadora: “Eu estudei astrofísica, fui bolsista pelas Olimpíadas de Matemática”. A resposta se contrapõe a injúrias. Em paráfrase, poderia ser expressa nesta proposição (troca de informação): “Não sou burra”.

A seguir, vê-se que a jovem Deputada narra (em possível ato falho?) que “só andava com os meninos que gostavam de ciência”, o que reproduz discurso de cunho machista, como se nela certo machismo já se houvera instalado. A dicotomia identitária homem-razão-essencial *versus* mulher-emocção-acidental — ou ciência *versus* natureza (Federici, 2017) — apresenta-se muito bem delinea-

11 Cf. D. Machin, C. R. Caldas-Coulthard and T. Milani (2016: 306) apud Caldas-Coulthard (2019: 32).

12 Fonte: Anais da Câmara dos Deputados. [Disponível na Internet em www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nmComissao=Comiss%C3%A3o%20de%20Direitos%20Humanos%20e%20Minorias&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=25/06/2019&hrInicio=01/01/1900%2015:09:02&hrFim=01/01/1900%2021:41:46&origemDiscurso=ESCRIBA&nmLocal=Plen%C3%A1rios%20das%20Comiss%C3%B5es&nuSessao=56219&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:09&sgFaseSessao=&Data=25/06/2019&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=15:09&txEtapa=]. [Consulta: 8 de dezembro de 2019].

da pelos acarretamentos ou inferências que se constroem com proposições lógicas, numa sequência de frases cuja coerência se dá em nível não só semântico ou textual, mas também pragmático ou contextual (van Dijk, 2017). Destacam-se, no trecho, conectivos pragmáticos explicativo e conclusivo: ela andava somente com os meninos que gostavam de ciências, [porque] somente os meninos se identificam com ciências e ela própria se identificava com ciências; [logo] meninas não se identificam com ciências. O mencionar que só andava com meninos tem o condão de diferenciá-la de outras mulheres, ao mesmo tempo em que lhe dá certa chancela para adentrar o masculinizado ambiente político.

Levantamento que realizamos em biografias oficiais das 77 Deputadas eleitas em 2018, publicadas na página da Câmara dos Deputados, mostram dados reveladores: a maioria das Deputadas declara ter cursado ensino superior (40) ou superior incompleto (3), pós-graduação (16), mestrado (7) ou mestrado incompleto (3), e doutorado (3). Apenas três Deputadas pararam no ensino médio¹³. Os dados apontam nível elevado de educação, ou seja, a maioria das mulheres que conseguiram chegar ao Legislativo federal carregam forte capital educacional ou escolar. Tal recorte certamente se entrelaça a outros, como os de classe, raça, etnia, idade, o que merece estudos posteriores mais aprofundados.

A Deputada afirma ter vivenciado machismos — “e sempre tive muito contato com o machismo” —, o que aponta para a noção de doxa, isto é, para a forma como se entende coletivamente a vida cotidiana em condições sociais e históricas específicas. Para Thompson (2011: 364), consiste em “opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social”. Narra a Deputada: “porque as pessoas não entendiam como uma menina gostava de ciências”, ou seja, não entendiam como a menina se inseria numa atividade que não lhe era pressuposta socialmente, coletivamente (Gazalé 2017). Reitera-se a sensação de exceção, acidente, não pertencimento, incompreensão: “as pessoas não entendem; as pessoas não entendiam”. A perplexidade das pessoas leva à reiterada (“toda vez”) depreciação e menoscabo à capacidade dela, atribuída ao gênero: “E toda vez tentavam dizer que eu não era tão boa por ser uma menina”. Note-se que o agente da opressão permanece incluído, personalizado neste ponto, mas não determinado: “alguém”, “as pessoas”, “tentavam”.

2.2.3. Identidades e corpos em confronto

A narrativa volta ao cenário do Congresso, que novamente a trata com violência e vilipêndio: “quando eu entro no Congresso e sou chamada [por quem?] de burra, delinquente, débil mental e outras coisas que já me chamaram em plenário”. O atributo “delinquente” remete à perífrase cristalizada “jovens delinquentes”. Ofensas e xingamentos, embora não pareçam adequados a ambientes institucionais, tornaram-se comuns nos discursos políticos no Brasil, inclusive aqueles proferidos das tribunas do parlamento, mesmo sob o olhar de câmeras e holofotes — na verdade, não indiferentes a estes, mas bastante conscientes de seu alcance e força política dissuasória (cf. Thompson 2011).

13 Não há dados relativos a duas Deputadas, mas se pode inferir, pela biografia, que e têm bom nível educacional.

Não se pode deixar de mencionar os extremismos que foram legitimados via urna e decorreram da instalação de polarização política, orquestrada mormente durante o processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, iniciado em 2015 e concluído em 2016. A passagem de governo de esquerda, trabalhista e progressista, para outro de viés distinto, localizado em espectro político quase oposto (de extrema-direita, neoliberal e ultraconservador), deu ensejo a ambiente ainda mais violento no cenário político nacional. Trata-se de ecos de tendência global, conforme argui Wodak (2018). A autora discorre acerca da normalização de discursos nefastos, extremistas e de ódio, e aponta para uma falta de vergonha (*shamelessness*), o que no Brasil, podemos dizer, equivaleria ao ambíguo e declarado desprezo ao “politicamente correto”. A normalização desses discursos violentos estaria alterando os limites do que se pode dizer e ampliando a frequência de mentiras e violações das convenções do discurso, inclusive do discurso político.

As câmeras da TV Câmara registram diuturnamente confrontos verbais e mesmo físicos. Ultraje como “verme”, dirigido a uma deputada federal, pode ser considerado leve, em relação a outros mais aviltantes, em que se ouvem palavras de baixo calão, expressões reiteradamente escoidadas das notas taquigráficas, por ordem da Presidência das sessões. Só na tumultuada reunião retomada, aquela em que um deputado empregou o termo “ovulação”, registra-se oito vezes: “*expressão retirada por determinação da Presidência*”. Não há dúvida de que, em sendo a Deputada entrevistada inexperiente no ambiente político, numa sociedade em que a misoginia se espalha em todos os campos, possa realmente haver este risco: “É um risco muito fácil você acreditar porque está todo mundo dizendo que você não é boa o suficiente”.

Em síntese, nesses excertos analisados, as identidades da Deputada foram confrontadas nos diferentes modelos de contexto: de um lado, “burra”, “delinquente”, “débil mental”, “não boa o suficiente”; de outro, “parlamentar”, “mulher”, menina que gosta de ciências, estudante de astrofísica, bolsista de olimpíadas de matemática.

Tal como van Dijk (2017) empreende em sua análise de discurso político, também esquematizamos as referências identitárias ativadas pelo modelo de contexto elaborado pela Deputada, nas duas respostas da entrevista:

- identidade profissional de pesquisadora;
- identidade profissional de professora;
- identidade profissional de servidora pública;
- identidade de profissional experiente;
- identidade política como conhecedora de autoridades;
- identidade política de ativista/participante de movimentos sociais;
- identidade política de mandatária de cargo eletivo;
- identidade social de jovem;
- identidade social de estudante;
- identidade social de mulher;
- identidade de classe, pertencente a uma “comunidade”, humilde;
- identidade política de “não filha de político”;
- identidade política de “não herdeira”;

- identidade política de “não fenômeno da internet”;
- identidade política de “não filha de autoridade”;
- identidade política e de classe de “não dona de empresa”;
- identidade política de “não deputada estadual”;
- identidade política como alvo de preconceito, assédio, piada;
- identidade social de pessoa trabalhadora;
- identidade social de pessoa persistente.

No último excerto, a impertinência da pergunta “se sou casada” soma-se a outra inconveniência: ocorre “no meio de uma votação”.

Tem assédio, as pessoas chegam e perguntam se sou casada no meio de uma votação, vêm me tocar de uma maneira que não é adequada para uma parlamentar. É um ambiente muito arisco para as mulheres. As pessoas não te encaixam ali e querem te expulsar e convencer que você não deveria estar ali.

A Deputada, em sua narrativa, queixa-se da forma como lhe tocam o corpo, nesta arena real de combate político: “vêm me tocar de uma maneira que não é adequada para uma parlamentar” (para uma mulher ou para uma congressista?). O tratamento que se dá à Deputada mostra-se a ela inoportuno, inconveniente, impróprio, num ambiente que é “muito arisco para as mulheres”. O ambiente, novamente personificado, metaforicamente se compara a ser bravo e indócil.

Considerações Finais

Do cotejo das análises do macrocontexto e do microcontexto, compreendemos que, não obstante a renovação histórica do quadro de parlamentares no Congresso Nacional, persiste uma situação incômoda, que as palavras da jovem Deputada parecem querer desnudar: as mulheres ainda são vistas e tratadas como intrusas nos ambientes políticos, historicamente reservados aos homens, como os números revelam, e como também indicaram os modelos de contexto da entrevista analisada.

Sob o enfoque da teoria do contexto sociocognitivo proposto por van Dijk (2017), em especial, as análises permitiram maior compreensão de vieses sociais e discursivos intrínsecos na diferenciação e subordinação de gêneros sociais no âmbito parlamentar. Tal percepção advém do delineamento dos modelos de contexto construídos pelos participantes da entrevista. A plausibilidade desses modelos de contexto foi dada pelas propriedades do discurso destacadas, como o uso relevante de expressões dêiticas, o tópico ou macroproposição da entrevista — misoginia e machismo na política —, as manobras de persuasão, os pressupostos e acarretamentos lógicos ou inferências, as escolhas lexicais.

A análise do macrocontexto ou base social da situação comunicativa (van Dijk, 2017) sugere que, a par da dinâmica e das regras do sistema partidário-eleitoral, fatores outros concorrem para o equilíbrio ou desequilíbrio nas eleições. Entre os fatores, despontam a acumulação e mobilização de recursos pessoais ou individuais, como capital educacional e capital econômico-financeiro. O êxito

eleitoral também decorre de recursos sociais e político angariados previamente aos pleitos eleitorais, como prestígio e notoriedade social e política, rede prévia de contatos políticos, visibilidade em redes sociais reais e virtuais. No geral, em quase todos os fatores, tem-se mostrado patente a desvantagem das mulheres. É o que também conclui Vogel (2019b: 9): “hierarquias de sexo e gênero, que estão na origem da desigual distribuição dos capitais econômico, social, cultural e político”, interferem na acirrada e excludente competição eleitoral, em que os recursos são “escassos e desigualmente distribuídos”. Para as mulheres, o acúmulo de capital educacional e letramento político parece destacar-se como fator importante para a inserção política, hipótese que também reclama estudos mais aprofundados.

A análise discursiva crítica nos inclina a concordar com Wylie e Santos (2016: 6, tradução nossa) nisto: os sistemas político-eleitoral e partidário são “tendenciosos contra as mulheres porque foram criados por homens, são interpretados do ponto de vista dos homens em posições de liderança e são definidas pela ausência de mulheres (Acker 1990, 1992)¹⁴”. No Brasil — mesmo sendo o país um dos pioneiros na concessão do direito ao voto —, somente em 1979 o Senado republicano admitiu a primeira mulher eleita. As que hoje ocupam cadeiras nos órgãos legislativos, mesmo as jovens, relatam aprendizados difíceis, hostilidades, violências políticas de gênero. O ingresso das mulheres na restrita “festa da democracia” tem sido caro.

Enfim, o esforço para a inserção das mulheres na esfera política requer a expansão de espaços para capacitação e letramento político. Isto porque, como diz Clara Araújo (2001: 1), as democracias ocidentais foram concebidas com “espaços e direitos distintos para homens e mulheres, com estas últimas ficando excluídas da esfera pública e da cidadania”. Embora já se possa testemunhar no Brasil forte atuação de mulheres em todos os Poderes da República, estas estiveram alijadas da vida política e do poder institucionalizado por muito tempo. Não podiam dispor de certas vantagens cruciais para a inserção política, como a evidência social que os próprios cargos públicos proporcionam a seus titulares. Nem podiam dispor de eventual visibilidade dimanada de herança familiar na política, tão comum no Brasil, e ainda fortemente presente. Trata-se apenas de um indício de muitas outras colonialidades que perduram no sistema político-partidário e, por conseguinte, no sistema jurídico-legal brasileiro.

Referências

- ACKER, J. 1990. Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations. *Gender & Society* 4, 2: 139–58.
- ACKER, J. 1992. From Sex Roles to Gendered Institutions. *Contemporary Sociology* 21, 5: 565–69.
- ARAÚJO, C. 2001. Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil. *Rev. Estud. Fem.* 9, 1: 231-252.

14 Original: “Political institutions such as the electoral system (and electoral laws) and party structures are biased against women because they were created by men, are interpreted from the standpoint of men in leading positions, and are defined by the absence of women”.

- BONFIM, J. B. B. 2004. *Palavra de Presidente: Discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE.
- CALDAS-COULTHARD, C R. 2019. Mulheres Públicas: Poder, Representações Semióticas e Gêneros. *Discurso y Sociedad* 13, 1: 29-50.
- CAMPOS, L. F. Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 593-629, Mar. 2019.
- CASTELLS, M. 1999. *O poder de identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- FEDERICI, S. 2017. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sicorax. São Paulo: Elefante.
- GAZALÉ, O. 2017. *Le mythe de la virilité : un piège pour les deux sexes*. Paris: Robert Laffont
- GROSGOUEL, R. 2008. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, p. 115-147, mar.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. 2002. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras.
- RESENDE, V.M. 2017. Análise de Discurso Crítica: Reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In RESENDE, V.M. e REGIS, J. F. S. (Orgs.) *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. 2019. *Análise de discurso crítica*. 2 ed. São Paulo: Contexto.
- SANTOS, M. F. 2016. *A Importância da Diversidade nos Tribunais Superiores Brasileiros: o princípio da imparcialidade forte a partir da standpoint theory*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- SUPLICY, M. 1996. *Novos Paradigmas nas Esferas de Poder*. *Revista Estudos Feministas* 4, 1: 126-137.
- THOMPSON, J. B. 2011. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes.
- VAN DIJK, T. A. 2017. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. R. Ilari. São Paulo: Contexto.
- VAN LEEUWEN, T. 1997. A representação dos atores sociais. In Pedro, E. R. (Ed.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*, pp. 169-222. Lisboa: Caminho.
- VOGEL, L. H. 2018. *Sistema viriarcal e violência contra a mulher: abordagem integrada das desigualdades*. Brasília: Estudos da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.
- VOGEL, L. H. 2019a. *A histórica sub-representação das mulheres na Câmara dos Deputados: desigualdades e hierarquias sociais nas eleições de 2014*. Brasília: Estudos da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

VOGEL, L. H. 2019b. *Impactos da Sub-Representação Política das Mulheres na Produção Legislativa da Câmara dos Deputados (1995-2019)*. Brasília: Estudos da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

WYLIE, K.; SANTOS, P. A. 2016. *Law on Paper Onlu: Electoral Rules, Parties, and the Persistent Underrepresentation of Women in Brazilian Legislatures*. London: Cambridge University Press.

WODAK, R. 2018. Vom Rand in die Mitte – „Schamlose Normalisierung“. *Politische Vierteljahres Zeitschrift* 59: 323-335.

ZANELLO, V. 2018. *Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

ROSANE GALVÃO. Doutoranda em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, na área de concentração Linguagem e Sociedade, e na linha de pesquisa Discurso e Recursos Sociossemióticos em uma Perspectiva Crítica. Desenvolve pesquisa em Estudos Críticos do Discurso, Semiótica Social e Multimodalidade, discurso político e midiático, feminismo e decolonialidade. Mestra em Linguística pela Universidade de Brasília e graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELis-UnB). Analista Legislativa/Supervisora de Pronunciamentos, da Câmara dos Deputados do Brasil.

E-mail: galvao.rq@gmail.com

VIVIANE VIEIRA. Professora Associada do Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Doutora e Mestra em Linguística/Linguagem e Sociedade pela Universidade de Brasília. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP. Editora do periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade*; Vice-Coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELis-UnB) e do Grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC-UnB/CNPq). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão com o projeto Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos, vinculado à linha de pesquisa Discurso e Recursos Sociossemióticos em uma Perspectiva Crítica.

E-mail: vivi@unb.br